



CONTRATO Nº 20/2019-ANP/DGP/PF

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA E A EMPRESA R&R SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA.

A União, por intermédio da **ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, com sede na Rodovia 001, Estrada Parque do Contorno, Km 02, Setor Habitacional Taquari, Lago Norte, na cidade de Brasília-DF, CEP 71.559-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0083-82, neste ato representada pela sua Diretora, **VANESSA GONÇALVES LEITE DE SOUZA**, Delegada de Polícia Federal, domiciliada nesta Capital, portadora da Cédula de Identidade nº 200500922709-SSDS-CE e inscrita no CPF nº 082.598.177-80, nomeada pela Portaria nº 940/2019-SE/MJSP, de 24 de janeiro de 2019, do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2 do dia 25 de janeiro de 2019, e com delegação de competência conferida pela Portaria nº 9.228/2019-DG/PF, de 18 de fevereiro de 2019, do Diretor Geral da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço nº 035 de 19 de fevereiro de 2019, e a empresa **R&R SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.173.071/0001-06, sediado(a) na ADE, Conjunto 02, Lote 02, Loja 01 – Águas Claras – Brasília/DF, CEP 71.985-300, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Sócio, Sr. **RENATO DE LIMA MÔNICA**, portador da Carteira de Identidade nº M-4.757.939, expedida pela SSP/MG e CPF nº 597.347.446-15, tendo em vista o que consta no Processo nº 08204.000563/2018-51; e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 15/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de LIMPEZA, CONSERVAÇÃO e JARDINAGEM em regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, assim como dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo 1

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	QTD	Valor Mensal Unitário	Valor Mensal	Valor Global (12 meses)
1	Internas - Pisos frios	m²	22.013	3,10	68.240,30	818.883,60
2	Internas - Almojarifados e Galpões	m²	7.773	1,44	11.193,12	134.317,44
3	Internas - Oficinas	m²	426	3,31	1.410,06	16.920,72
4	Internas - Espaços livres	m²	750	3,64	2.730,00	32.760,00
5	Externa - Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	m²	1.212	2,07	2.508,84	30.106,08
6	Externa - Coleta de detritos em pátios e áreas verdes	m²	46.000	0,04	1.840,00	22.080,00
7	Externa - Varrição de passeios ao ar livre e encobertos - passarelas externas	m²	32.676	0,39	12.743,64	152.923,68
8	Externa - Estande de Tiro	m²	11.868	0,50	5.934,00	71.208,00
9	Externa - Outras de varrição, coleta e poda de grama/árvore	m²	30.587	0,08	2.446,96	29.363,52
10	Esquadrias (face interna/externa sem exposição a risco)	m²	55.948	1,01	56.507,48	678.089,76
11	Banheiros	m²	2.247	15,14	34.019,58	408.234,96



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

12	Internas - Pisos frios - Núcleo Gráfico (insalubridade)	m²	500	4,33	2.165,00	25.980,00
13	Hospitalares e assemelhadas - Serviço Médico (insalubridade)	m²	240	10,69	2.565,60	30.787,20
14	Internas - Almoxarifados e Galpões (insalubridade)	m²	690	1,65	1.138,50	13.662,00
15	Externa - área verde - alta frequência - roçadeira costal	m²	2.719	2,31	6.280,89	75.370,68
16	Externa - área verde - média frequência - roçadeira costal	m²	7.139	0,39	2.784,21	33.410,52
17	Externa - área verde - baixa frequência - trator	m²	26.719	0,19	5.076,61	60.919,32
18	Jardins (jardineiro)	m²	27.340	0,42	11.482,80	137.793,60
Valor Total					231.067,59	2.772.811,08

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **16/novembro/2019** e encerramento em **16/novembro/2020**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60** (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 231.067,59 (duzentos e trinta e um mil sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R\$ 2.772.811,08 (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil oitocentos e onze reais e oito centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:	00001/200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA
Fonte:	01000000000 - TESOURO
Programa de Trabalho:	06122211220000001
Elemento de Despesa:	339037
PI:	PF99900AG19
Nota de Empenho:	2019NE800429

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

- 6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 6.12.1. Quando a repactuação se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral XXXX que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:
- 6.12.1.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 6.12.1.2. as particularidades do contrato em vigência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

- 6.12.1.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 6.12.1.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 6.13. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 6.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 138.640,55 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos)**, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo de **10 (dez)** dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de **90 (noventa)** dias após o término da vigência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/DAD/ANP/DGP/PF


16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Brasília/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília-DF, 1º de outubro de 2019.


Representante da **CONTRATANTE**

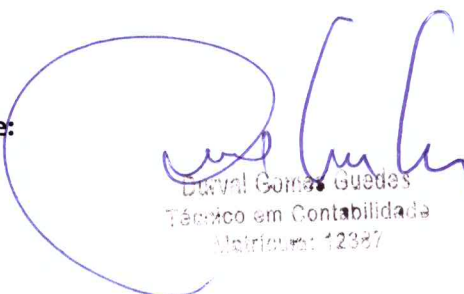

VANESSA GONÇALVES LEITE DE SOUZA
Delegada de Polícia Federal
Diretora da Academia Nacional de Polícia
Ordenadora de Despesas Substituto da UG **200340**

Representante da **CONTRATADA**


RENATO DE LIMA MÔNICA
CPF nº 597.347.446-15
Sócio-Diretor

TESTEMUNHAS:


Nome: **HELENITA DE OLIVEIRA BOUEV**
CPF: **524.196.061-91**
ANP/DGP/PF


Nome: **Durval Gomes Guedes**
CPF: **Técnico em Contabilidade**
Matrícula: 12387

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 4/2019

O Departamento Penitenciário Nacional, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que a empresa CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA, CNPJ 01.844.555/0005-06, sagrou-se vencedora do referido pregão pelo valor de R\$ 52.780.860,00 (Cinquenta e dois milhões setecentos e oitenta mil oitocentos e sessenta reais).

EDER SPINOLA ROCHA
Pregoeiro

(SIDEF - 13/11/2019) 200326-00001-2019NE800156

POLÍCIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2019 - UASG 200334

Nº Processo: 08200023105201820.
PREGÃO SISPP Nº 27/2019. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 01406617000174. Contratado : AGENCIA DE INTEGRACAO EMPRESA - ESCOLA LTDA. Objeto: Contratação de serviços de Agente de Integração, público ou privado, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização do programa continuado de estágio no âmbito da Polícia Federal. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações correlatas. Vigência: 12/11/2019 a 11/11/2020. Valor Total: R\$30.111,48. Fonte: 100000000 - 2019NE801729. Data de Assinatura: 12/11/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000318

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2019 - UASG 200334

Nº Processo: 08211000981201930.
PREGÃO SISPP Nº 28/2019. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 14448493000131. Contratado : XL SEGUROS BRASIL S.A. -.Objeto: Contratação de serviço de seguro aeronáutico obrigatório (RETA), para atender às necessidades da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal (CAOP). Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações correlatas. Vigência: 12/11/2019 a 30/05/2020. Valor Total: R\$24.540,00. Fonte: 100000000 - 2019NE801754. Data de Assinatura: 12/11/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000318

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2019 - UASG 200334

Nº Processo: 08200016964201943 . Objeto: Contratação de ação de capacitação externa denominada Licitações Internacionais (incluindo projetos com BID e BIRD), atualizado com a Convenção da Apostila de Haia (legalização de documentos) , a ser realizada na cidade de Brasília/DF, nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, para capacitação de 20 (vinte) servidores da Polícia Federal. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, c/c art 13, inc. VI, ambos da Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.. Justificativa: Natureza singular e a empresa escolhida detém notória especialização. Declaração de Inexigibilidade em 12/11/2019. DANIEL GONCALVES TADIM. Dicon. Ratificação em 12/11/2019. ROBERVAL RE VICALVI. Ordenador de Despesa. Valor Global: R\$ 36.000,00. CNPJ CONTRATADA : 18.994.912/0001-91 PREMIER CAPACITACAO E SISTEMAS EIRELI.

(SIDEF - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000318

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 - UASG 200334

Nº Processo: 08200003999201912 . Objeto: Contratação de serviços continuados e especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), denominado Contratação de Serviço de Suporte e Manutenção do Sistema SisSoft2002 de Interceptações Telefônicas e Telemáticas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A contratação satisfaz os preceitos do artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade em 13/11/2019. DANIEL GONCALVES TADIM. Chefe Dicon. Ratificação em 13/11/2019. ROBERVAL RE VICALVI. Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 3.094.000,72. CNPJ CONTRATADA : 01.989.764/0001-14 FEDERAL TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

(SIDEF - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000318

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 26/2019

A Coordenação de Administração da Polícia Federal torna público o resultado de julgamento do pregão nº26/2019, no qual sagrou-se vencedora a Empresa ALVORADA SERVIÇOS DE REFORMA EM GERAL LTDA, CNPJ Nº 11.545.051/0001-15, pelo valor de R\$ 2.072.200,00 para o GRUPO 1.

IGOR AFONÇO E SILVA
Pregoeiro

(SIDEF - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000318

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2019 - UASG 200406

Nº Processo: 08059001106201985.
PREGÃO SRP Nº 12/2019. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 02676310000156. Contratado : IDEIAS TURISMO EIRELI -.Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que serão prestados nas condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e demais disposições legais. Vigência: 13/11/2019 a 13/11/2020. Valor Total: R\$483.005,33. Fonte: 100000000 - 2019NE800430 Fonte: 100000000 - 2019NE800431 Fonte: 100000000 - 2019NE800432. Data de Assinatura: 13/11/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200406-00001-2019NE800107

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 - UASG 200342

Nº Processo: 08206.00183620194 . Objeto: Contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0001-09, responsável pela realização do 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, no período de 18 a 21 de novembro de 2019, com carga horária de 24h/a. (SEI/PF 12960652 e 12960675). Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: O serviço pretendido qualifica-se como de natureza singular e a empresa escolhida detém notória especialização. Declaração de Inexigibilidade em 13/11/2019. FABIO JUNIO LACERDA NASCIMENTO. Chefe do Dad/dti/pf. Ratificação em 13/11/2019. WILLIAM MARCEL MURAD. Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação. Valor Global: R\$ 17.600,00. CNPJ CONTRATADA : 10.498.974/0001-09 INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUB.

(SIDEF - 13/11/2019) 200342-00001-2019NE800070

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2019 - UASG 200342

Nº Processo: 08206000728201874. Objeto: Registro de Preços visando à contratação de subscrições das versões Enterprise (que incluem os serviços de atualização de versões e de suporte técnico) de softwares livres da desenvolvedora Red Hat, além dos serviços de treinamento, gerenciamento técnico de conta e consultoria técnica especializada (sob demanda) relativos a estes softwares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;. Total de Itens Licitados: 18. Edital: 14/11/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Sais Quadra 07 Lote 23 Edifício da Cgti, Setor Policial Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200342-5-00006-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/11/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital encontra-se disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

JOSE APARECIDO FLOR DE SOUZA
Pregoeiro Dti

(SIASGnet - 13/11/2019) 200342-00001-2019NE800070

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2019 - UASG 200340

Nº Processo: 08204000563201851.
PREGÃO SISPP Nº 15/2019. Contratante: ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP/DGP/PF. CNPJ Contratado: 08173071000106. Contratado : R&R SERVICOS DE LIMPEZA E - CONSERVACAO LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação das instalações e de serviços de jardinagem, em regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, assim como dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993, Lei nº 10520/2002, Decreto nº 2.271/1997 e IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Vigência: 16/11/2019 a 16/11/2020. Valor Total: R\$2.772.811,08. Fonte: 100000000 - 2019NE800429. Data de Assinatura: 01/10/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200340-00001-2019NE000134

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 17/2019

A pregoeira torna público o resultado do pregão supramencionado. Empresas vencedoras: Êxito Distribuidora e Comércio de Livros Ltda/CNPJ: 08.065.700/0001-76, para o item 1, pelo maior desconto ofertado de 37,55%; GM Comércio de Livros/CNPJ: 23.247.144/0001-42, para o item 2, pelo maior desconto ofertado de 15,75%; Empresa Eunice Maria Gonçalves de Oliveria/CNPJ: 11.3111.279/0001-40, pelo maior desconto ofertado nos itens: 3 (33,56%), 4 (33,56%), 5 de (33,57%), 6 de (32%), 7 de (27%), 8 de (31,61%), 9 de (35,73%); Empresa: Livraria Engetec LTDA/CNPJ: 55.475.115/0001-24, pelo maior desconto ofertado nos itens: 10 de (16,55%), 12 de DE (10%), 15 DE (21%), 16 DE (16,40%) DE DE 17 DE (19,60%).

LUCELIA SERVIO DA SILVA
Pregoeira

(SIDEF - 13/11/2019) 200334-00001-2019NE000134

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2019 - UASG 200358

Número do Contrato: 8/2016. Nº Processo: 08230300292201651.
INEXIGIBILIDADE Nº 5/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 34028316000456. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E - TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação do contrato pactuado com a empresa EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - CORREIOS, por mais 12 meses, nos termos da Cláusula Segunda do termo original. ContratoMúltiplo:9912285502. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 18/11/2019 a 18/11/2020. Valor Total: R\$16.900,08. Fonte: 100000000 - 2019NE800080. Data de Assinatura: 05/11/2019.

(SICON - 13/11/2019)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 200346

Número do Contrato: 11/2018. Nº Processo: 08255010278201923.
PREGÃO SISPP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 13146946000102. Contratado : PP LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA -.Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art.57, inc.II .Vigência: 01/12/2019 a 01/12/2020. Valor Total: R\$780.912,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800164. Data de Assinatura: 12/11/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200346-00001-2019NE800191

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 200346

Número do Contrato: 12/2018. Nº Processo: 08255010279201978.
PREGÃO SISPP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 13146946000102. Contratado : PP LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA -.Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93, art.57, Inc.II .Vigência: 01/12/2019 a 01/12/2020. Valor Total: R\$73.464,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800165. Data de Assinatura: 12/11/2019.

(SICON - 13/11/2019) 200346-00001-2019NE800191

